

# Brasília, arquitetura e economia

Paulo Timm

O grande enigma do economista, apesar de pouco percebido pelos "leigos" que supõem de tudo saber um pouco, consiste em descobrir a origem do "valor" e, por consequência, as causas da "riqueza das nações". Deste esforço de interpretação nasceu a Economia como Ciência, com Adam Smith no auge do iluminismo, vindo a firmar-se epistemologicamente com Lionel Robbins, um século depois. Rigorosamente, temos já uma herança de dois séculos tentando derrubar os "ídolos do conhecimento", que impedem a construção de uma verdade razoável sobre os atos dos homens e da sociedade, no afã de sobreviver. Tanto tempo e esforço não podem ser jogados fora...

Ocorre-me a reflexão em vista da economia de Brasília.

Como não existe uma cultura econômica sedimentada na cidade, ainda vivemos a pré-história do pensamento econômico local.

Começando pelo começo: "first things first..."

A riqueza das nações não está mais no comércio, como pretendiam os mercantilistas, não está na agricultura como acreditavam os fisiocratas, nem está na indústria, como queriam os "cepalinos" da década de 50. Não está por uma razão: Não são os setores que "valorizam" o processo de produção de bens e serviços, mas a colocação em funcionamento dos requerimentos fatoriiais neste processo. Mais recentemente, o próprio conceito de produtividade está se deslocando da relação com a quantidade produzida para situar-se ao nível da gestão da qualidade, onde o que mais importa são os "zeros": zero defeito, zero pane, zero estoque. Finalmente, o que importa, também, não é o produto em si, mas a natureza das transações realizadas e que deixam aos participantes da "ciranda" alguma margem de benefício medido monetariamente.

Dir-se-á que esta é uma economia meramente simbólica, que nada tem de real, e que não serve como suporte para o desenvolvimento auto-sustentado das nações. É certo. Mas este não é o campo da economia positiva. É o campo da filosofia econômica ou do reino mais libertário da "Política". Mas poucos filósofos e políticos radicais contestariam que esta é a fórmula para a sobrevi-

vência das famílias e até cidades. E, apesar de tudo, Brasília é uma cidade, ainda que grande e tentacular, contrariando neste ato a insistência da Lei Orgânica que a trata como um "Estado".

O grande desafio do economista regional, portanto, consiste em descobrir o mecanismo capaz de resolver simultaneamente a elevação do nível de renda per capita, no Distrito Federal, e o fortalecimento das finanças governamentais. Embora, necessariamente articulados, estes processos são independentes, tanto na sua apreciação acadêmica, como na sua solução política.

Tenho falado há 20 anos na questão fiscal. Só há uma saída: retirar o DF do Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios onde nunca deveria ter estado, porque se prejudica a beneficiá-lo com um Fundo Especial de Participação do DF no produto da arrecação federal, com a possibilidade de consolidar, assim, as escalas local, regional e até continental da cidade. A propósito, todos os estados têm, em média, 50% de suas receitas próprias advindas das transferências federais, via Fundo de Participação dos Estados.

A questão do desenvolvimento econômico, porém, tem outras derivações.

Sem tentar esgotar um assunto, que consumiu os melhores economistas do País — como Celso Furtado, na década de 50, na concepção do GTND; Fernando Roquete Reis, no "Diagnóstico do Economista Mineiro"; Carlos Lessa, no "Programa para o Rio de Janeiro"; Armando Mendes, com "Os instrumentos para a invenção da Amazônia"; e Cláudio Accurso no caso do Rio Grande do Sul, além de alguns outros "país" da economia regional no país —, diria que o Distrito Federal não padece de insuficiência dinâmica no processo de geração de renda. Pelo contrário, é uma economia com invejável dinamismo,

que cresceu à razão de 5% ao ano, segundo o Núcleo de Contas Regionais da Codeplan, na década dos 70/80. Tal como toda a economia subdesenvolvida, todo esse dinamismo se redistribuiu desigualmente, produzindo na ponta da pobreza taxas de desemprego superiores a 20%, conforme relatório da PED — Codeplan Dieese.

Mas, como assegurar que esse dinamismo se mantenha no médio e longo prazos e, eventualmente, até se acelere produzindo algo como um "milagre brasileiro", com taxas anuais de crescimento entre 5% a 10%? Muito simples: a variável estratégica do processo de geração de renda no DF são os gastos governamentais, expressos, sobretudo, em salários do funcionalismo das administrações direta, autárquica, fundacional e "estatais" da União e GDF. A curto prazo, pois, só há uma maneira de acelerar o processo de desenvolvimento local: lutar para recompor o poder de compra do funcionalismo, talvez ao nível a que chegaram, pelo menos, em janeiro de 1990. A médio e longo prazos, pode-se visualizar uma estratégia de redução do peso do setor público neste processo, hoje na ordem de 50%, muito embora esta queda signifique uma redução do índice da produtividade média do sistema econômico. O rendimento médio do setor público, segundo a PED, é o dobro do vigente no setor privado e qualquer movimento na distribuição da mão-de-obra fatalmente comprometerá o resultado médio final.

Enfrenta-se, aqui, portanto, uma armadilha, como nos jogos infantis. Um passo à frente na privatização da ordem econômica representa dois passos atrás na produtividade. O produto global terá crescido, mas a renda per capita terá diminuído.

Como sair disso?

A primeira alternativa seria a de trabalhar por uma elevação rápida do produto global — resultante da privatização da ordem econômica — com eixo em segmentos de elevada produtividade. O caminho é simples. Só se incentivaria a implantação de investimentos privados cujo rendimento médio fosse pelo menos igual à média geral vigente. Isto aponta para os investimentos em setores de alta tecnologia, serviços urba-

nos e comércio exterior.

A segunda alternativa seria assumir que esta privatização reduzirá o nível de renda per capita durante, por exemplo, dez anos, findo os quais entrariamos numa nova trajetória com menor peso do setor público na geração do produto global, com o que se iniciaria nova fase de crescimento no nível de produtividade.

Uma terceira — e talvez mais recomendável do ponto de vista social — seria a de impulsionar um Programa Emergencial de Emprego e Renda, capaz de absorver imediatamente cem mil trabalhadores ao nível do salário mínimo, em frentes de trabalho, enquanto se cria uma consciência mais clara sobre os rumos do desenvolvimento, esclarecendo-se melhor a diferença entre autonomia fiscal — desejável — e autarquia econômica — inviável: fortalecimento do processo de geração de renda e industrialização; emprego permanente e ocupação eventual sustentada por políticas públicas; produto físico e renda.

A questão setorial — agricultura, indústria, comércio e serviços — é, aqui, meramente indicativa e apenas subordinada à reflexão macroeconômica. A industrialização *tout-court*, enfim, só é uma alternativa de crescimento quando a insuficiência dinâmica do processo de geração de renda junta-se à perda de relações de troca no comércio externo e esgotamento de fronteira agrícola, ou seja, como estratégia nacional na área urbana.

Trata-se, pois, de sair da pré-história da economia de Brasília para uma discussão da estratégia de desenvolvimento adequada à cidade, capaz de gerar benefícios crescentes para todos, mais qualificada e profissionalizada.

E, neste caso, da a predominância dos urbanistas na estrutura do GDF e a virtual inexistência da cultura econômica neste nível institucional, bem se poderia contar, tanto com os grandes nomes da "Academia" como com os grandes vultos do Congresso Nacional, dedicados à questão econômica. Até porque grande parte da solução para os problemas locais dependerá deles: a criação de uma "Região Geoeconômica de Brasília", equivalente ao "Polígono das secas" e "Amazônia Legal", inclusão de Brasília como Projeto Federal prioritário nos PNDS e criação do Fundo de Participação do Distrito Federal.

■ Paulo Timm é presidente do Conselho de Economia do DF

O futuro de Brasília passa pela criação de uma região geoeconômica e de um Fundo de Participação do DF